



CRÉDITO RURAL: EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS CONTRATOS DE CUSTEIO DE CRÉDITO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

Daniel Gross¹
Raul dos Santos Machado²
Nilson Luiz Costa³

Resumo: O presente estudo analisa a distribuição espacial e a evolução cronológica da contratação de operações de custeio com recursos do crédito rural no estado do Rio Grande do Sul, entre 2013 e 2022. O crédito rural é a principal ferramenta da política agrícola no Brasil, sendo que a modalidade de custeio visa atender às despesas do ciclo produtivo das atividades agropecuárias. A análise das contratações de custeio entre os 497 municípios do estado revelou uma redução de 30,72% no volume de contratações, sendo um dos principais motivos a Resolução CMN n° 4.889. Com a utilização do método de GIS, foi possível realizar a geovisualização dos dados, demonstrando a distribuição espacial dos contratos de crédito rural durante o período estudado.

Palavras-chave: Crédito rural, custeio, Distribuição espacial

1 INTRODUÇÃO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2023) classifica a política agrícola brasileira com baixo nível de apoio e proteção ao setor, quando comparada à média dos países membros da OCDE. Seu escopo se concentra no pagamento de fatores de produção, destacando-se o seguro agrícola e, principalmente, o crédito rural com taxas preferenciais. A utilização do crédito como ferramenta da política agrícola encontra respaldo nas ideias de Schumpeter (1997), que considera o crédito essencial para a inovação e o desenvolvimento de uma economia capitalista. Isso permite que os produtores concluam o ciclo produtivo de suas atividades agropecuárias, disponibilizando os produtos no mercado.

Dentre as modalidades de crédito rural, destaca-se o custeio, conforme a Resolução CMN 4.883, que pode ter sua finalidade voltada para atividades agrícolas ou pecuárias, visando atender às despesas do ciclo produtivo destas atividades. Em 2022, no Brasil, foram contratadas 941.362 operações de custeio, das quais o Rio Grande do Sul contratou 248.104, representando 26,36% das operações do país, de acordo com o Banco Central do Brasil (2023). Entretanto,

¹ Me Daniel Gross, Universidade Federal de Santa Maria, dgross88@gmail.com.

² Me Raul dos Santos Machado, Universidade Federal de Santa Maria, raul.machado@acad.ufsm.br.

³ Prof. Dr Nilson Luiz Costa, Universidade Federal de Santa Maria, nilson.costa@ufsm.br



em 2013, o estado contratou 358.113 operações de custeio agropecuário, número que reduziu 30,72% após uma década. Para compreender os motivos que levaram a essa redução, será realizada uma análise cronológica entre 2013 e 2022, buscando identificar os municípios mais afetados pela diminuição na contratação de operações de crédito rural.

Portanto, o objetivo desta pesquisa é compreender as nuances da distribuição espacial das linhas de custeio agropecuário contratadas com recursos do crédito rural no estado do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2022.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi conduzida por meio de um levantamento bibliográfico e documental, compilando dados de bases estatísticas para vislumbrar os desdobramentos da distribuição da contratação de custeio com recursos do crédito rural nos municípios do estado do Rio Grande do Sul durante o período estudado. As fontes utilizadas para construir o trabalho são provenientes da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central (2023).

Após a extração dos dados da pesquisa, estes foram organizados e tabulados utilizando os softwares Power BI e Excel. A apresentação desses dados foi realizada por meio de tabelas criadas no Excel e mapas produzidos no QGIS (Geographic Information System) versão 3.22.16. A formatação dos mapas como ferramenta de visualização da distribuição geográfica dos dados da pesquisa é abordada através de técnicas do Sistema de Informação Geográfica (SIG), aplicando o método de Quebra Natural (Jenks) para apresentação dos dados. Para a interpretação dos dados, foi aplicada a variação percentual como medida estatística, para determinar a evolução da contratação de operações de custeio nos municípios do estado.

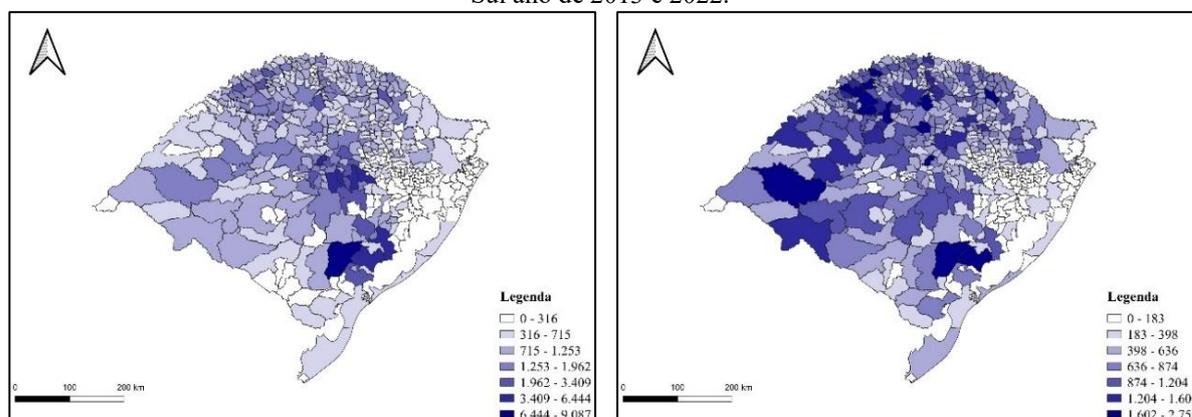
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Rio Grande do Sul, durante o período de 2013 a 2022, houve uma redução de 30,72% na emissão de contratos de custeio para o financiamento de atividades agropecuárias. Em 2013, foram contratados 358.113 contratos de custeio, enquanto em 2022 esse número diminuiu para 248.104. A maior variação ocorreu nos custeios agrícolas, com uma redução de 34,15%, passando de 295.181 contratos para 194.387. Nos custeios pecuários também houve queda de 14,64%, saindo de 62.932 contratos em 2013 para 53.717 em 2022.



A análise da quantidade de contratos emitidos para custeio agropecuários durante esse período evidencia o impacto das normativas, como a Resolução CMN nº 4.889. O propósito dessa resolução é desincentivar a produção da cultura do fumo, proibindo o financiamento desta na linha do Pronaf. Em 2013, o estado contratou 83.110 custeios para a cultura do fumo, representando 23,21% do montante de operações de custeio do estado neste ano. Assim, essa soma de custeios agrícolas deixou de ser financiada, explicando em parte a diminuição acentuada de custeios no estado. Conforme é apresentado nos mapas e tabelas a seguir:

Figura 1 - Quantidade total de operações custeio disponibilizado por município para o estado do Rio Grande do Sul ano de 2013 e 2022.



Fonte: Elaborado a partir de dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2023).

Tabela 1 - Evolução da quantidade de contratos de custeio dos cinco maiores contratantes de crédito rural no RS em 2013 no período de 10 anos.

Município	Contratos em 2013	Contratos em 2022	Evolução %
Canguçu	9.087	2.759	-69,64
São Lourenço do Sul	6.444	1.727	-73,20
Venâncio Aires	5.473	995	-81,82
Candelária	4.774	973	-79,62
Vale Do Sol	4.631	522	-88,73

Fonte: Bacen (2023)

Tabela 2 - Evolução da quantidade de contratos de custeio dos cinco maiores contratantes de crédito rural no RS em 2022 no período de 10 anos

Município	Contratos em 2013	Contratos em 2022	Evolução %
Canguçu	9.087	2.759	-69,64
Chapada	2.138	1.938	-9,36
Giruí	1.893	1.928	1,85
Ijuí	1.887	1.927	2,12
Santa Rosa	1.789	1.914	6,99

Fonte: Bacen (2023)



O maior impacto na redução de custeio ocorreu especificamente nos municípios onde havia uma grande quantidade de operações de custeio de fumo, que foram severamente impactados pela alteração jurídica das atividades financiadas pelo custeio. Em Canguçu, por exemplo, em 2013, 67,39% dos custeios eram provenientes do cultivo de fumo, totalizando 6.124 operações. Em 2022, a cultura predominante na aquisição de crédito é a soja, representando 45,81% da captação, com 1.264 custeios. São Lourenço do Sul, por sua vez, tinha o fumo correspondendo a 4.142 operações ou 64,28% do montante em 2013. Atualmente, em 2022, a soja assumiu este posto com 676 custeios, representando 39,14% das operações.

Nos demais municípios, o milho substituiu o fumo no financiamento. Em Venâncio Aires, por exemplo, o fumo correspondia a 4.245 custeios ou 77,56% das operações em 2013. Em 2022, o milho representou 67,54% dos custeios, com 672 contratos. Em Candelária, o fumo correspondia a 70,73% dos custeios com 3.377 operações em 2013, enquanto em 2022 o milho, com 500 custeios, correspondeu a 51,39% do mercado. Em Vale do Sol, em 2013, havia 2.968 operações de fumo, correspondendo a 64,09% do montante do período. Em 2022, o milho assumiu este posto com 70,50% das operações, totalizando 368 custeios. Essa transição indica uma mudança significativa nos padrões de financiamento agrícola devido à implicação jurídica contra o fumo.

Os municípios que emergiram em 2022 como os maiores contratantes de custeio têm em comum o fato de pertencerem à metade norte do estado e financiarem culturas agrícolas de verão e inverno, atividades pecuárias, e a principal atividade custeada representa menos de 50% do montante total dos contratos, sinalizando uma maior diversificação. Assim, os novos entrantes, como Chapada, apresentam a soja com 42,87% dos custeios; em Giruá, a cultura representa 40,35%; Ijuí corresponde a 47,27%, e Santa Rosa a 32,55%.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como principal instrumento da política agrícola no Brasil, o crédito rural possibilita o financiamento das atividades produtivas no campo. Através da modalidade de custeio, os recursos disponibilizados por essa linha atendem às despesas do ciclo produtivo das lavouras ou da atividade pecuária. A análise realizada sobre a distribuição espacial e cronológica dos contratos de custeio rural no estado do Rio Grande do Sul revelou uma diminuição significativa



no número de contratos ao longo dos anos. Essa diminuição foi impactada por normativas como a Resolução CMN nº 4.889, que proibiu o financiamento da cultura do fumo pela linha de Pronaf. Em 2013, o estado contratava 83.110 custeios para a cultura do fumo, representando 23,21% do montante de operações de custeio do estado. Com a alteração do regramento, tais operações cessaram.

A utilização de técnicas de GIS permite a geovisualização dos dados através de mapas, possibilitando observar a distribuição espacial do volume de contratos de crédito rural entre os 497 municípios do estado. Essa abordagem possibilita identificar quais municípios foram mais afetados pela redução dos contratos de custeio, especialmente aqueles que apresentavam a cultura do fumo na sua matriz de atividades produtiva. As limitações do estudo decorrem da análise não conseguir identificar todos os motivos que levaram à queda de 30,72% na contratação de custeios no estado, mas aponta um caminho norteador que poderá ser seguido para identificar os demais fatores futuramente

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN nº 4.883, de 23 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre... Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2020. Disponível em: <https://www.editoraroncarati.com.br/v2/Diario-Oficial/Diario-Oficial/RESOLUCAO-CMN-N%C2%BA-4-883-DE-23-12-2020.html>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural - Crédito Concedido.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 22 out. 2023.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN). **Resolução CMN nº 4.889, de 26 de fevereiro de 2021.** Disponível em: <https://www.editoraroncarati.com.br/v2/Diario-Oficial/Diario-Oficial/RESOLUCAO-CMN-N%C2%BA-4-889-DE-26-02-2021.html>. Acesso em: 15 fev. 2024.

OECD. **Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2023: Adapting Agriculture to Climate Change.** Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b14de474-en>. Acesso em: 22 out. 2023.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico.** Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997.